



Democracia blindada: como demoli-la?

Armored democracy: how to demolish it?

Maria Beatriz Costa ABRAMIDES¹

“O Proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio ele mesmo se destrói como proletariado, abole, todas as distinções e antagonismos de classe, e também o Estado como Estado” (ENGELS, 1987).

Introdução

O artigo *Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo* escrito por Maria Lúcia Duriguetto e Felipe Demier (2017) levou-nos a debate-lo, a partir da fecunda ideia da *democracia blindada*, articulando-a aos desafios cruciais postos à classe trabalhadora, frente aos ataques do capital e do Estado à seu serviço. O momento conjuntural da realidade sócio- histórica do país é marcado por uma crise profunda de governo com dimensões estrondosas nos campos econômico, social, político, ideológico e cultural agravado pela decomposição das instituições em todos os seus poderes, executivo, legislativo e judiciário, embora não haja uma crise do regime capitalista que permanece hegemônico. Essa crise se expande pelo processo de golpe institucional parlamentar de direita que está em vigor, desde 2016, com o governo ilegítimo de Michel Temer, desde 2016, sob a égide do capital internacional, da mundialização e finaceirização da economia, com apoio dos banqueiros, dos latifundiários, dos empresários, do Ministério Público, da Polícia Federal com a sustentação da mídia sob controle e domínio da burguesia. Frente à esse quadro vamos apresentar alguns dos principais dilemas a serem enfrentados do ponto de vista da classe trabalhadora.

A Conjuntura Nacional

A conjuntura nacional, a partir de 2016, expressa a crise de legitimidade do governo golpista de Michel Temer em uma situação de descrédito, por parte das massas trabalhadoras, em relação às instituições burguesas em decomposição. A corrupção, característica do capitalismo, vem à tona desnudando os grandes grupos empresariais, banqueiros, parlamentares e governantes nas diferentes esferas de partidos de direita, marcadamente Partido do Movimento Democrático

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Assistente do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP, São Paulo, Brasil). Rua Monte Alegre, nº 984, Perdizes, São Paulo, CEP.: 05014-901. E-mail: <biabramides@gmail.com>.

Brasileira (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e seus satélites, e partidos de oposição, que pela política de conciliação de classes, se alternaram no poder a partir de 1989. Essa descrença tem sua erupção com as grandes mobilizações de rua, em 2013, ainda no Governo de Dilma Rousseff, do PT, que vai sofrer um grande desgaste cujo índice de reprovação atinge 63%, fruto da implantação de medidas neoliberais pelo PT. As mobilizações populares gigantescas de 2013, se iniciam com a luta estudantil, pelo passe livre, em São Paulo, e posteriormente se expandem e se ampliam por todo o país com jovens pauperizados das periferias, dos morros das grandes cidades, nas lutas por saúde, habitação, educação e trabalho, mediante a avassaladora destruição de suas condições de vida. Apesar de expressarem um movimento difuso, espontâneo, sem uma clara direção política, vai colocar ainda em xeque os gastos excessivos com a copa do mundo, realizada em 2014, em detrimento das necessidades da população. Os setores de esquerda, que lutam por autonomia e independência de classe, não souberam se construir como direção do grande movimento de massas instaurado, e, mediante a contestação da política do PT, parte dos manifestantes identificavam todos os setores da esquerda com o PT. Essa não é uma equação fácil, até porque a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que fora uma central sindical de combate nos anos 80; nos anos 90, hegemonicamente se limita a atuar na esfera da institucionalidade por pactos sociais e prescinde das greves na ação direta. A partir dos governos do PT, e de sua política de conciliação de classes, (em seus 13 anos e cinco meses na esfera federal) a CUT se torna governista, de freio ao avanço da luta de classes.

Em debate ocorrido na PUCSP, em 05/06/2017, Mauro Iasi levantou a seguinte questão: Porque a classe trabalhadora em sua maioria entende que é possível reformar o capitalismo? Porque tanta expectativa em um projeto de conciliação de classes?

Aqui se encontra outro obstáculo para o avanço de uma perspectiva histórica revolucionária, qual seja, as direções sindicais e populares que aglutinam milhões de trabalhadores, que foram resistência na luta contra a ditadura, encontram-se coladas à política de conciliação de classes do PT. Isso significa dizer que na luta contra o *impeachment*, em que o golpe foi dado, a atenção voltou-se para a esfera do parlamento, de pressão sobre o Congresso Nacional, e não por organizar uma greve geral que pudesse colocar abaixo o governo Temer e derrotar as reformas pela luta autônoma dos trabalhadores.

A burguesia, mais enfaticamente em seus partidos de direita, PMDB, PSDB e Democratas (DEM), não satisfeita com os ajustes fiscais do governo Dilma, e na ânsia de acelerar as contrarreformas, de maneira mais incisiva, aproveita a baixa popularidade da presidente para dar o golpe institucional parlamentar-jurídico que vinha sendo gestado desde o resultado das eleições presidenciais. E porque se tratou de um golpe? Pelo fato de que não havia crime de responsabilidade e a presidente fora legitimamente eleita por 54,5 milhões de votos. Mas para a direita estava colocada a chance de tirar a presidente nessa *democracia blindada*, a partir da instauração de um governo golpista. Porém, esse governo usurpador de Michel Temer encontra-se com sua popularidade chegando a 1% e em um clima de instabilidade geral no país.

O percurso da *democracia blindada* no Brasil

“A democracia blindada se inicia na transição democrática, intensifica-se durante os regimes de direita neoliberal, atravessa os governos do Partido dos Trabalhadores-PT e encontra seu ápice com o golpe de Estado ocorrido em 2016 e o governo Temer dele surgido” (DURIGUETTO; DEMIER, 2017, p. 9).

Os autores resgatam a ideia fecunda de que a *democracia blindada*, no Brasil, tem sua origem na transição democrática dos anos 80, após a crise da autocracia burguesa, no processo de luta pela redemocratização do país. Para tal retomam a ideia de Florestan Fernandes ao interpretar que o Brasil, historicamente, sempre teve em sua vigência a *democracia restrita típica* (FERNANDES, 1975). O autor, em seu livro *Nova República* (FERNANDES, 1986), espelha com vitalidade o caráter da transição burguesa, nos interesses do capital, com anuência dos militares, que se constituiu em uma transição transada pelo alto, lenta, gradual, restrita, prolongada e segura (FERNANDES, 1986). Milhões de trabalhadores participaram ativamente das mobilizações em todo o país, em 1984, na luta pelas *diretas já*. As frações da burguesia, no aparato do estado, passaram por cima do clamor das ruas impondo a eleição congressional. Vale lembrar que, naquele momento, o PT votou contrário à ida ao colégio eleitoral, em um período em que suas propostas socialdemocratas poderiam ser viabilizadas em um futuro governo reformista. O colégio eleitoral elegeu a chapa Tancredo Neves-José Sarney, em 1984, que sedimentou a transição conservadora para substituir o insustentável regime ditatorial civil-militar. Pela ideologia *mudancista* o governo estabeleceu a continuidade da ordem burguesa, agora sob o Estado democrático de direito, de *democracia restrita típica* (FERNANDES, 1975) expressa na *democracia blindada* (DURIGUETTO; DEMIER, 2017).

O Brasil, assim como outros países periféricos, dependentes e de capitalismo tardio, não implantaram as políticas do Estado de Bem-Estar Social desenvolvidas nos países centrais, no imediato pós-guerra, de 1945 a 1975. Ora, se produção é imediatamente reprodução, circulação e consumo, era necessário que se implementassem, na esfera da reprodução, do Estado, políticas sociais dirigidas à população economicamente ativa, para que pudesse consumir e o capital continuasse a produzir mercadorias, e portanto mais valia, a partir da exploração da força de trabalho. Portanto taylorismo/fordismo na esfera da produção material e Estado de Bem-Estar Social na esfera da reprodução compunham o circuito de acumulação capitalista por 30 anos, nos chamados *anos dourados* nos países centrais do capitalismo (HOBSBAWM, 1996). Cabe lembrar que às populações sobranes sempre foram designados programas assistenciais, compensatórios, desvinculados de políticas estruturantes como as de emprego. O desenvolvimento capitalista se dá de modo desigual e combinado o que significa dizer que os países centrais sempre se apoiaram na superexploração da força de trabalho dos países dependentes, como é o caso dos países latino-americanos, que sequer cumpriram as políticas reformistas dos países centrais.

A continuidade da transição conservadora se mantém pelas eleições gerais, em 1989, em que assume um presidente de direita pelo Partido de Reconstrução Nacional (PRN), Collor de Mello, e na sequência de seu *impeachment* é empossado seu vice Itamar Franco. Em 1988 a nova constituição é aprovada, e em 1989, o neoliberalismo é implantado, na América Latina, por meio do Consenso de Washington, orquestrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), como programática imposta pelos agentes financeiros internacionais. Como bem analisam Duriguetto e Demier, a partir de 1973, o capital entra em crise estrutural (MÉSZAROS, 2002), sistêmica (NETTO, 1995) e, portanto, para responder à sua própria crise, advinda da crise de superprodução e da queda tendencial da taxa de lucro, era preciso criar uma nova ofensiva na esfera da produção com a acumulação flexível (desemprego estrutural, terceirização, precarização e outras medidas nefastas aos trabalhadores) e na esfera da reprodução social (Estado) com as privatizações e contrarreformas. Era determinante, para o capital, impor as formas mais duras de superexploração do trabalho para recuperar as taxas de lucro, para pagar a dívida pública contraída pelo Estado, e, para a liberação da dívida dos bancos e empresários, na lógica destrutiva do capital sobre o trabalho.

O neoliberalismo se inicia nos países centrais, a partir de 1973, e na América Latina, em 1989, com exceção do laboratório neoliberal no Chile durante a ditadura de Pinochet. O período, de 1973 a 1989, se constituiu em um processo de intensa e vigorosa luta de classes no continente contra o imperialismo, contra as ditaduras violentas, com destruição, mortes, assassinatos, exílios, torturas e violência institucional. A esquerda lutava na perspectiva da supressão positiva da ordem do capital, pelo fim da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho alienado, explorado, das classes sociais, da opressão e dominação, em uma perspectiva da revolução social pela classe trabalhadora, sob a direção do proletariado (de onde se extrai a mais-valia). Para tanto estava colocada, como está para os dias atuais, a necessidade de organizações e partidos da esquerda revolucionária, que atuem em uma frente única classista na luta contra toda forma de exploração econômica, dominação e opressão de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual na direção de uma sociedade emancipada, comum a todas, a que Marx e Engels denominaram comunista.

O comunismo não é para nós *um estado de coisas* que deva ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade [terá] de se regular. Chamamos comunismo ao movimento *real* que supera o atual estado de coisas. As condições desse movimento resultam do pressuposto atualmente existente (MARX; ENGELS, 1989, p. 52).

O capitalismo apresenta, a partir de 1973, em sua fase de crise estrutural, uma contradição antagônica, entre forças produtivas e relações sociais de produção, em um período que abre a possibilidade histórica de um tempo de revolução social.

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até

ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social (MARX, 1974, p. 136).

Para um processo de revolução social são necessárias condições objetivas e subjetivas no plano nacional e internacional. As condições objetivas estão postas: crise estrutural do capitalismo, miséria, fome, guerras, desemprego excessivo, população sobrando, maximização da exploração da força de trabalho, aniquilamento de direitos sociais e trabalhistas, destruição da vida e da natureza, condições exacerbadas na fase contemporânea do capitalismo. As condições subjetivas estão por ser construídas posto que: a) a exploração e dominação econômica, política, social, ideológica e cultural do capital sobre o trabalho no plano internacional e nacional se ampliam; b) ocorre o esgotamento do reformismo embora ainda haja uma ilusão com a política de conciliação de classes; c) há um avanço da direita no plano internacional e nacional que se expressa com a xenofobia, a intolerância, a violência, a militarização, a criminalização, a judicialização e a repressão aos movimentos sociais, além das medidas destrutivas nas relações de trabalho e de destruição das políticas e programas sociais e trabalhistas conquistados historicamente; d) a frente única de esquerda revolucionária precisa ser construída e) há uma crise de direção e ausência de partidos revolucionários. As condições subjetivas dependem da organização de partidos proletários revolucionários e das lutas de oposição classista. Essa é portanto uma tarefa histórica dos marxistas revolucionários no plano nacional e internacional.

A *democracia blindada*, portanto, somente poderá ser superada na luta de classes. Essa porém não é uma tarefa fácil, nos dias atuais, posto que com a *crise do socialismo real existente*, em 1989, e a conseqüente restauração capitalista na União Soviética, e em todo o leste europeu, há uma investida ideológica internacional da direita que passa a proclamar o *fim da história*, a inexorabilidade do capitalismo, com a ideologia *pós-moderna* do individualismo, da negação das classes sociais, do trabalho.

Há uma regressão histórica em que socialistas aderem à social-democracia, os social-democratas implantam políticas neoliberais e adotam a estratégia de conciliação de classes, o que ocorreu em grande parte nos governos denominados *democrático-populares* na América Latina e no Brasil essa expressão se estabelece com o PT. Esses governos demonstraram a falência da política de conciliação de classes, uma vez que desenvolveram programas focalizados de um lado e a aliança com o grande capital de outro, privilegiando banqueiros e empresários. Essa lógica fez com que, em um espaço curto do golpe, a direita se reorganizasse, em sua hegemonia, para inconstitucionalmente imprimir medidas contrarreformistas, as mais detonadoras de direitos, no governo golpista de Temer, com anuência do congresso, em sua maioria, o mais conservador e reacionário da república, com altíssimo grau de comprometimento com a corrupção, em uma verdadeira delinquência parlamentar. “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante” (MARX; ENGELS, 1989, p. 47).

De outro lado, é importante frisar, que a gestão social democrática reformista, utilizada nos países centrais, se esgotou, pois o capitalismo encontra-se não apenas em suas crises cíclicas periódicas, mas em uma crise estrutural, o que o levou a adotar o neoliberalismo. Nesse sentido mais uma vez a chave heurística da *democracia blindada* (DURIGUETTO; DEMIER, 2017) se apresenta com clareza no país, tanto nos governos voltados ao grande capital com Collor de Mello (PRN), Itamar Franco (PMDB) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e mais violentamente no governo golpista de Michel Temer, do PMDB, mas também se manteve presente nos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). As democracias liberais, portanto, sob o neoliberalismo abandonam as políticas reformistas e as substituem por políticas contrarreformistas, seja pelos partidos de direita (PMDB, PSDB e seus satélites) seja por partidos que tiveram apoio das massas trabalhadoras, como o PT no Brasil.

As Contrarreformas na *democracia blindada*: O momento pré-golpe 2014/2016 e Golpe 2016/2017.

No Brasil, mal a constituição é aprovada, em 1988, inicia-se o neoliberalismo no Governo Sarney, no final de 1989, que perpassa os Governos de Collor de Mello e Itamar Franco. Seu aprofundamento se estabelece nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso com as contrarreformas do Estado, sindical, trabalhista, previdenciária, do ensino superior e privatizações de estatais rentáveis, o que aprofunda, e consolida a estratégia do capital de cortes nos gastos sociais para o pagamento da dívida pública contraída pelo Estado à serviço dos grandes interesses econômicos na financeirização da economia, com o favorecimento do setor rentista de concentração de capitais. Os dois governos de Lula da Silva e o primeiro governo de Dilma Rousseff dão continuidade ao neoliberalismo, sob a égide do social desenvolvimentismo, em que são implementados programas sociais focalizados e desconectados de uma política de emprego, e se configuram como governos de conciliação de classes à serviço do capital. No segundo governo Dilma, em seu primeiro ano, em 2015, e quatro meses de 2016 se intensificam as medidas de destruição de direitos com decretos e ajustes fiscais. Esses recaíram sobre cortes nos programas sociais da saúde, da educação, da habitação, no reajuste de servidores federais, na subvenção agrícola, suspensão de concursos públicos, ampliação da idade para aposentadoria, eliminação do abono permanência, para garantir a meta do superávit primário de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, ou seja, com ataques à classe trabalhadora e nenhum sobre os lucros das grandes empresas e juros bancários. Acrescenta-se o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) (na prática ao empresariado)-que prevê a redução de horas trabalhadas com redução de contratos e de salários; os Decretos 664 e 665 que cortaram o auxílio pensão por morte em 50% de seu valor, o seguro desemprego previsto para seis meses trabalhados foi ampliado para um ano, o que com o aumento da rotatividade no emprego, o inviabiliza, a retirada de programas sociais como o bolsa família por ocasião do seguro defeso, atribuído aos pescadores profissionais que exercem suas funções de forma artesanal, e que paralisam suas atividades, no período determinado para preservação da espécie, além da aprovação da lei anti terror que recai sobre os movimentos sociais em luta.

Em 17 de abril de 2016 com o golpe institucional de direita, pela abertura da admissibilidade do impeachment, a presidente Dilma Rousseff é afastada e assume, interinamente, o governo ilegítimo do vice-presidente Michel Temer, do PMDB, e a partir de 31/08/2016 com a votação do *impeachment* no senado se mantém o presidente golpista. Esse é mais um elemento da *democracia blindada* posto que se utiliza de um ardil com anuência majoritária do Congresso Nacional para afastar a presidente. O imperialismo já não precisa de golpes militares como os impetrados na América Latina a partir dos anos sessenta; a *democracia blindada* possibilita golpes parlamentares midiáticos se utilizando de preceitos do estado de dominação da burguesia e de suas frações em consonância aos ditames do capital internacional. O governo ilegítimo desde seu primeiro mês, a partir de 16 de maio de 2016, já anunciava uma série de medidas que avançaram, nesse um ano, na destruição dos direitos sociais e trabalhistas. Entre 2016 e 2017, tramitaram e tramitam no Congresso Nacional, 55 projetos de lei, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), cujas ameaças e concretizações realizadas por decretos, por aprovação de projetos se referem à: terceirização, contrarreformas trabalhista e previdenciária, destruição de direitos sociais e trabalhistas, avanço da privatização e o cerceamento às liberdades civis relativos à gênero, raça, etnia e orientação sexual como: alteração do código penal sobre a questão do aborto; instituição do estatuto da família com retrocesso para grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT); instituição do estatuto do nascituro que inviabiliza inclusive o aborto previsto no Código Penal; aumento do tempo de internação dos adolescentes no sistema socioeducativo; retirada do termo gênero do texto das políticas públicas, *escola sem partido* com cerceamento ao livre debate, em uma escalada obscurantista, possibilitados por uma *democracia blindada* no país.

O projeto da terceirização irrestrita para atividades meio e atividades fim aprovado estabelece que os trabalhadores poderão ser empregados com contratos vinculados às regras de cada empresa terceirizada, ou seja, datas- base, salários, benefícios, reajustes diferenciados para as mesmas funções. Essa forma de organização fraciona, fragmenta, quebra a isonomia, isola os trabalhadores que outrora se organizavam horizontalmente em seus sindicatos. No Brasil, em 2017, existem 12,7 milhões de trabalhadores terceirizados e poderão ser 45 milhões; os terceirizados recebem menos e trabalham mais horas semanais que os contratados e 90% dos acidentes e mortes decorrentes do trabalho ocorrem com os terceirizados além do precário e quase nulo sistema de proteção trabalhista.

Foi aprovada ainda a EC 55/2016, considerada *do fim do mundo* que estabelece teto para as despesas primárias da união e congela por 20 anos os recursos destinados à saúde, à educação, à assistência social para o compromisso com a elevação do *superávit* primário em que as empresas ficam isentas do pagamento de suas dívidas com o Estado. Os outros dois projetos de urgência para o grande capital são respectivamente as contrarreformas trabalhista e da previdência social que estão tramitando a todo vapor por um governo ilegítimo e com 80% do congresso nacional envolvido em denúncias de corrupção.

O projeto da contrarreforma trabalhista nº 6787/16 aprovado na câmara e no senado representa o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que previa relações contratuais entre patrões e empregados. Essa legislação, embora muito aquém das reivindicações históricas dos trabalhadores, foi escartada com desregulamentação das relações de trabalho e gravíssimas consequências como: o legislado sobre o negociado, a terceirização irrestrita, o trabalho intermitente, jornada 12x36, rescisão do contrato de trabalho sem a presença do sindicato, acordos individuais, trabalho home-office sem garantias trabalhistas.

A contrarreforma previdenciária em curso, pela PEC 287/16, se utiliza do argumento falacioso do déficit da previdência para impor aos trabalhadores o ônus da crise do capital. A previdência acumulou em 2015 um superávit de 11,2 bilhões de reais seguida de anos anteriores também de superávit fruto da contribuição compulsória de 8% mensal de recolhimento dos trabalhadores assalariados ou dos trabalhadores autônomos que recolheram para o sistema de previdência social. As empresas, os bancos e o Estado nas várias esferas acumularam uma dívida com a união, pois não recolheram, em grande parte, o que lhes é devido, o que causa o déficit público.

A resposta dos trabalhadores

As massivas manifestações de 2013 colocaram em xeque o governo e as instituições políticas no processo da luta de classes. Desde 2012 ocorreram greves significativas e, entre 2014 e 2016, as greves realizadas já superaram, qualitativa e quantitativamente, as ocorridas nos anos 90 e foram em setores da produção e da reprodução social (operários, metroviários, construção civil, bancários, gráficos, garis, trabalhadores em serviço público, entre outros) na luta contra as demissões, as reformas, as terceirizações. Muitas categorias passaram por cima das direções pelegas (como as dos sindicatos de terceirizados) e da CUT (no caso de petroleiros). Em todo período as ocupações de terras; de fábricas falidas; as lutas por moradia; pela demarcação de áreas aos indígenas e quilombolas; contra a privatização da saúde, o racismo e genocídio da população negra, a opressão das mulheres e LGBT, foram movimentos expansivos e que sofreram forte repressão, perseguições, prisões e assassinatos. Em 2015 e 2016 expandiram-se as mobilizações dos secundaristas, com ocupação das escolas em defesa da educação pública, de qualidade e contra as reorganizações impostas pelos governos, em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Pará, Ceará, Minas Gerais, com auto-organização da juventude.

Em 2017 um amplo movimento para por abaixo o governo Temer se concretizou no *Fora Temer*; com um dia de paralisação em 15/03; uma grande mobilização em 31/03; uma greve geral no dia 28/04 contra as reformas trabalhista, previdenciária e pela revogação da terceirização e que se constituiu na maior greve ocorrida no país com 35 milhões de trabalhadores parados atingindo a produção e a circulação em cinco bilhões de reais. O *Ocupa Brasília*, em 24/05 com 150 mil manifestantes de todo o país, demonstrou a insatisfação com o governo ilegítimo e suas contrarreformas. Outra greve geral ocorreu em 30/06. Esse processo de lutas tem sido amplamente reprimido com prisões, repressão, utilização da força policial. No dia 24/05 em

Brasília, o presidente golpista, impôs um decreto para deixar as forças armadas de prontidão até dia 31/05, o que se configurou em um verdadeiro estado de sítio. Mediante a pressão, suspendeu o decreto; a *democracia blindada* se transformou em um golpe dentro do golpe, um governo golpista, cuja natureza é de uma ditadura civil.

Sabemos que somente a classe trabalhadora em um movimento expressivo, grevista, pode derrotar o governo Temer, porém parte de suas direções vacilam em organizar a greve e subordinam a luta dos trabalhadores ao plano institucional, o que caracteriza o politicismo na ação. Na luta contra o *impeachment*, a atenção voltou-se para a esfera da institucionalidade, e não se concretizou em uma greve geral que pudesses colocar abaixo o governo ilegítimo de Temer e derrotar as reformas com autonomia e independência de classe. Aqui se encontra outro obstáculo para a demolição da *democracia blindada* e para o avanço de uma perspectiva histórica revolucionária, qual seja, as direções sindicais e populares que aglutinam milhões de trabalhadores, que foram resistência na luta contra a ditadura, que construíram lutas autônomas, tem atuado nessa direção politicista. A luta contra as contrarreformas, antipopulares e antinacionais, contra o governo Temer, golpista e corrupto, a partir de uma greve geral, da ação direta das massas trabalhadoras sob sua autonomia, pode derrotar o governo e as reformas destrutivas sob a direção da classe, e nessa orientação articular-se às eleições gerais.

Socialismo ou barbárie? Já estamos vivendo um período de barbárie no planeta e, portanto, faz-se necessária uma frente de esquerda para construir uma alternativa de oposição e práxis revolucionária anticapitalista, que destrua a *democracia blindada* burguesa, a ser composta por partidos de oposição de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), organizações revolucionárias não legalizadas como o Partido Operário Revolucionário (POR), esquerda marxista, Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MRT), Nova Organização Socialista (NOS), Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), movimentos sociais e sindicais classistas, para disputar os trabalhadores no sentido de romper com a política de conciliação de classes para uma política da classe na direção de uma sociedade socialista, emancipada.

Referências

DEMIER, F.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio/ago.2017.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Nova república**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Crise global contemporânea e barbárie. In: VIGEVANI, T. et al. **Liberalismo e socialismo**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: UNESP, 1995.

Maria Beatriz Costa ABRAMIDES

Possui graduação (1971), mestrado (1992) e doutorado (2006) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assistente doutora da PUCSP desde 2010. Professora desde 1981 na Graduação e, a partir de 2012, na Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP. Na graduação coordena o Núcleo de Relações de Trabalho e na Pós o Núcleo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamentos Marxistas (NEAM). Autora de inúmeros artigos e possui livros publicados.
